

REDES DE SOLIDARIDAD Y ORGANIZACIONES EN CONTEXTOS DE DIVERSIDAD

WILSON NOÉ GARCÉS AGUILAR
LINA JULIANA ROBAYO
SELMA MENDOZA GARCÍA

(ORGANIZADORES)



Uniautónoma
DEL CAUCA



EDITORA
ARTEMIS
2020

REDES DE SOLIDARIDAD Y ORGANIZACIONES EN CONTEXTOS DE DIVERSIDAD

WILSON NOÉ GARCÉS AGUILAR
LINA JULIANA ROBAYO
SELMA MENDOZA GARCÍA

(ORGANIZADORES)

2020 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2020 Os autores
Copyright da Edição © 2020 Editora Artemis
Edição de Arte: Bruna Bejarano
Diagramação: Elisangela Abreu
Revisão: Os autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Editora Chefe:

Prof.^a Dr.^a Antonella Carvalho de Oliveira

Editora Executiva:

Viviane Carvalho Mocellin

Organizadores:

Wilson Noé Garcés Aguilar
Lina Juliana Robayo
Selma Mendoza García

Bibliotecário:

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, México
Prof.^a Dr.^a Emilas Darlene Carmen Lebus, Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional, Argentina
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Javier Antonio Alborno, University of Miami and Miami Dade College, USA
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros



Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín, Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, Peru
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, Colômbia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R314 Redes de solidaridad y organizaciones en contextos de diversidad [recurso eletrônico] / Organizadores Wilson Noé Garcés Aguilar, Lina Juliana Robayo, Selma Mendoza García. – Curitiba, PR: Artemis; Popayán: Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-20-0

DOI 10.37572/EdArt_200081220

1. Cooperativismo. 2. Redes sociais. 3. Solidariedade. I. Garcés Aguilar, Wilson Noé. II. Robayo, Lina Juliana. III. Mendoza García, Selma.

CDD
302.14

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



APRESENTAÇÃO

El libro “**Redes de solidaridad y organizaciones en contextos de diversidad**” es un trabajo colectivo de investigadores mexicanos, colombianos y brasileños, los cuales dan cuenta de las múltiples manifestaciones de solidaridad, reciprocidad y fraternidad que emergen en organizaciones y grupos comunitarios en el centro y sur del continente americano.

El libro está compuesto por aproximaciones teóricas, reflexiones y casos de estudio en los cuales se evidencia redes de solidaridad, lógicas y emergencias desde organizaciones que piensan y sienten sus territorios. El estudio de organizaciones en contextos de diversidad demuestra en común el cómo se constituyen formas de resistir y re-existir en medio de la compleja realidad del continente. Estas organizaciones y comunidades se entretajan, conviven y configuran redes de solidaridad en contextos de diversidad que implican procesos de gobernanza, emprendimiento social, posicionamientos ético-políticos, circuitos de proximidad, encadenamientos y potencialidades para el diálogo intercultural y de manifestación a través de movimientos sociales.

El lector encontrará en el presente libro una radiografía de las redes de solidaridad y las organizaciones en contextos de diversidad en el centro y sur del continente americano.

Wilson Noé Garcés Aguilar
Lina Juliana Robayo
Selma Mendoza García

SUMÁRIO

CAPÍTULO 11

GOVERNANÇA, REDES SOLIDÁRIAS E DIVERSIDADE

Ernesto Giglio

Fernanda Pedro

Marcelo Borges

Eulália Cristina Barros

DOI 10.37572/EdArt_2000812201

CAPÍTULO 2..... 18

EL ESTUDIO DE LA ORGANIZACIÓN SOLIDARIA EN COLOMBIA Y SU
CONTEXTO DE DIVERSIDAD

Wilson Noé Garcés Aguilar

Lina Juliana Robayo Coral

William Macias

DOI 10.37572/EdArt_2000812202

CAPÍTULO 3..... 44

DEL EMPRENDIMIENTO SOCIAL A LA ACCIÓN COOPERATIVA: LA
EXPERIENCIA DE LA COOPERATIVA HUEXOLOTL DOWN EN LA COMUNIDAD
MAGDALENA CONTRERAS, CIUDAD DE MÉXICO

Selma Mendoza García

Rogelio Mendoza Molina

DOI 10.37572/EdArt_2000812203

CAPÍTULO 4 66

CIRCUITO CURTO DE PROXIMIDADES NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA DE AGRICULTORES FAMILIARES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Loreane da Silva Francisco

Maria Gracinda Carvalho Teixeira

DOI 10.37572/EdArt_20008122044

CAPÍTULO 5..... 93

EXPERIENCIA DE ENCADENAMIENTO PRODUCTIVO DE LA QUINUA EN EL CAUCA, UNA MIRADA DESDE LAS ORGANIZACIONES

Ghiovell Juliana Vida Pinilla
José Fernando Grass Ramírez
Yanlika Aurora Vidal

DOI 10.37572/EdArt_2000812205

CAPÍTULO 6112

ECONOMÍA DE SOLIDARIDAD Y POTENCIALIDADES PARA SU CONSTITUCIÓN COMO MOVIMIENTO SOCIAL EN EL DEPARTAMENTO DEL CAUCA-COLOMBIA

William Bernardo Macías Orozco
Nancy Liliana Chavez Palomino
Wilson Noe Garces

DOI 10.37572/EdArt_2000812206

CAPÍTULO 7..... 144

FROM SOCIAL AND CULTURAL WORLDS TO TRANSFORMING PEDAGOGICAL WORDLS. CONVERSATIONS FROM POPULAR EDUCATION

Magda Alicia Ahumada
Stella Pino Salamanca

DOI 10.37572/EdArt_2000812207

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 163

ÍNDICE REMISSIVO 165

CAPÍTULO 4

CIRCUITO CURTO DE PROXIMIDADES NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Data de submissão: 01/09/2020

Data de aceite: 06/11/2020

Loreane da Silva Francisco

Mestrado em Administração na
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro
Seropédica – Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/4901946305421516>

Maria Gracinda Carvalho Teixeira

Doutorado em Sociologia na University of
East Anglia, UK
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro
Seropédica - Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/8230657832492432>

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo apresentar uma discussão sobre a ideia de Circuito Curto de proximidades alimentares na produção e comercialização, na perspectiva da Economia Solidária, conectando-a a análise empírica da experiência de um grupo social de pequenos produtores da agricultura familiar do Município de Magé, na região metropolitana do Rio de Janeiro. A suposição inicial da pesquisa foi de que o Circuito Curto pode se configurar numa expressão recente de Economia Solidária, apropriada por um grupo de agricultores familiares e pode

se constituir no enfrentamento e busca de soluções para a sua situação de desproteção das políticas sociais. As fontes orais da pesquisa acenam para uma forma de subsistência que vem acrescentar às operações mercantis, e que apesar de não promover uma alternativa ao capitalismo e de também não complementá-lo, se constitui uma espécie de resgate de princípios morais e éticos da economia por meio da edificação de iniciativas pensadas coletivamente.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária. Política Social. Agricultura Familiar. Circuito Curto. Magé, RJ.

SHORT CIRCUIT OF CLOSENESS FROM THE PERSPECTIVE OF SOLIDARITY ECONOMY: A STUDY OF THE EXPERIENCE OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO'S FAMILY FARMERS

ABSTRACT: The research aims to present a discussion about the idea of Short Circuit of food closeness in production and commercialization from the perspective of solidarity economy,

connecting it to empirical analysis of the experience of a social group of small producers family farming in the municipality of Magé, in the metropolitan region of Rio de Janeiro. The initial assumption of the research was that the Short Circuit can be configured in a recent expression of Solidarity Economy, appropriated by a group of family farmers and can constitute the confrontation and search for solutions to its situation of unprotection of social policies. The oral sources of the research wave to a form of subsistence that comes to add to the market operations, and which, although it does not promote an alternative to capitalism, and also not complement it, constitutes a kind of rescue of moral principles and economic ethics through the building of initiatives collectively designed.

KEYWORDS: Solidarity Economy. Social Policy. Family Agriculture. Short Circuit. Magé, RJ.

1. INTRODUÇÃO

Os países em desenvolvimento são os que mais sofrem com altos índices de desigualdade social, o que denota uma forte relação com o acesso aos direitos sociais fundamentais em contextos desprovidos de um Estado de bem-estar social pleno, pautado na justiça social. O conceito de Estado de bem-estar social é baseado na ideia de que o homem possui direitos indissociáveis à sua existência enquanto cidadão; tais direitos são os direitos sociais (NAVARRO, 1997).

O Brasil, assim como outros países em desenvolvimento e na sua condição de capitalismo periférico se vê diante de um período recente de desconstrução e arrefecimento de importantes políticas sociais que permitiriam se chegar a um padrão a que se poderia considerar como possível ampliação do regime de bem-estar brasileiro, pois o país vinha avançando em direção à universalização de direitos sociais básicos.

O termo “capitalismo periférico” vem do binômio centro-periferia (PREBISH, 1949/2000) divulgado nos documentos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que denuncia as assimetrias nas relações entre os países do Norte e do Sul e tem como característica principal a concentração de renda e riqueza acima da observada no capitalismo desenvolvido. A CEPAL registra que na América Latina, a produção capitalista

está pautada em duas premissas principais: a abundância de recursos naturais e a superexploração do trabalho. Esta condição tanto esteve presente como se reproduziu, na América Latina, ganhando o sentido de especificidade. Tal fato se deu, principalmente, devido às bases econômicas de monocultura e à abundância de mão de obra. A superexploração seria a única maneira dos países latino-americanos gerarem excedentes para transferirem aos países desenvolvidos, já que supostamente não possuem os aparatos tecnológicos para a produção de bens com alto valor agregado e, conseqüentemente, não haver maneiras de competir com os países centrais dentro da lógica imposta pelos mecanismos da economia e da divisão internacional do trabalho, perpetuando a situação de dependência em relação aos países centrais.

Vale lembrar que a partir de 1994 o Estado brasileiro passa a implementar políticas públicas mais universalizantes e inclusivas, o que fez com que, durante todo este período, o país conseguisse edificar, nesse âmbito, características próprias (GRIN, 2013). Assim, levando em conta a sua singularidade no que tange a estrutura responsável pela implementação e manutenção das políticas sociais destinadas a reduzir as mazelas inerentes a esta condição periférica (TAUILLE; RODRIGUES, 2004).

A crise da empregabilidade, a precarização do trabalho, gerando altos índices de exclusão social e econômica urgem pela formulação de uma nova agenda para o poder público que venha combater, por meio de políticas sociais, o desemprego estrutural e a incapacidade do mercado de trabalho de absorver este contingente de modo a suprir as necessidades de bem estar. Essa crise tem gerado a adoção de soluções convertidas em iniciativas surgidas no seio da sociedade civil, como uma forma de “sobrevivência” - ações vêm se transformando em transações coletivas como um tipo de resposta ao sistema socioeconômico excludente.

Uma dessas iniciativas que vêm sendo estudadas e ganhando destaque no meio científico é a Economia Solidária (ES) que se compreende como um movimento social que se insere no conjunto dessas ações coletivas. O entendimento de Economia Solidária possui interpretações diversas, que vão desde posturas mais críticas às mais idealistas conforme

visto na literatura especializada. Utilizando não somente as contribuições teóricas dos estudiosos desse movimento dos trabalhadores, como também as experiências concretas de ES, tem se observado que a formação desses empreendimentos coletivos surge em geral, num momento de crise estrutural. As leituras atuais dos empreendimentos solidários tendem a polarizar os debates: de um lado, a crítica filiada a uma tradição marxista clássica que enxerga nessas iniciativas um elemento de desmobilização dos trabalhadores frente ao capital; de outro, posturas de certa forma entusiastas em relação aos efetivos impactos desses empreendimentos na superação da pobreza (MACHADO, 2014).

As reflexões dos estudiosos da temática também apontam que o movimento sugere uma dupla alternativa: por um lado, como organização funcional ao sistema, logo, uma alternativa produtiva de geração de trabalho e de renda; e por outro, como uma forma de resistência dos trabalhadores.

Nos países da periferia mundial como o Brasil, sempre foi comum a sobrevivência de iniciativas econômicas que se fundamentam no trabalho e utilizam princípios de reciprocidade que adaptam a produção material às necessidades coletivas como um fundamento primordialmente social. Esse ponto de partida é importante, inclusive, para a relevância de se compreender não somente a trajetória histórica da ES no Brasil, mas também como esta foi tomando novas formas até chegar a expressões mais recentes, o que se verá no estudo. Para dado propósito, o presente estudo intenta verificar, no tocante à EC, para qual direção no cenário atual aponta esta categoria econômica e que papéis assumem os agentes em seu fortalecimento. Ainda que seja um resultado – direto e indireto – das consequências do capitalismo sobre a situação de desemprego e pobreza dos trabalhadores (SINGER, 2000), a economia solidária tem provado ser capaz de conviver com o próprio capitalismo e ser uma resposta às suas mazelas.

Nesse contexto, apresentamos uma discussão sobre o Circuito Curto de proximidades alimentares na produção e comercialização na perspectiva da Economia Solidária, conectando-a a análise empírica da experiência de um grupo social de pequenos produtores da agricultura familiar do Município

de Magé, na região metropolitana do Rio de Janeiro. A suposição inicial da pesquisa foi de que o Circuito Curto pode se configurar numa expressão recente de Economia Solidária, apropriada por um grupo de agricultores familiares e pode se constituir no enfrentamento e busca de soluções para a sua situação de desproteção das políticas sociais. As fontes orais da pesquisa acenam para uma forma de subsistência que vem acrescentar às operações mercantis, e que apesar de não promover uma alternativa ao capitalismo e de também não complementá-lo, se constitui uma espécie de resgate de princípios morais e éticos da economia por meio da edificação de iniciativas pensadas coletivamente.

O presente artigo é produto de uma pesquisa mais ampla e procura compartilhar aqui os resultados finais da investigação de uma maneira muito breve visto o limitado espaço disponível para expô-los. O artigo segue a seguinte estrutura sequencial: a presente seção introdutória, a segunda que trata da construção do arcabouço teórico do estudo compondo-se de duas partes; a terceira que trata da metodologia da pesquisa; a quarta em que registram-se a análise da pesquisa e seus resultados e por último, a quinta seção na qual apresentam-se as conclusões seguidas das referências bibliográficas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Diferentes Perspectivas da Economia Solidária

O movimento da economia solidária foi constituído sob a argumentação do aumento da crise do trabalho no contexto mundial cujas consequências se fazem sentir a partir da década de 80. Também podemos considerar o agravamento do descontentamento por parte da população com o sistema público de seguridade social, como um dos fatores que contribuíram para seu surgimento. A perda de emprego ou a sucessão de biscates engendra um déficit de socialização que diminui as chances de se encontrar um emprego “digno”, pois os critérios de recrutamento tendem a privilegiar as capacidades relacionais. Trata-se da espiral que conduz à

exclusão: os desempregados, privados do fato de pertencer socialmente, não conseguem adquirir ou manter as atitudes necessárias à cooperação e à comunicação que se tornam determinantes para a obtenção do emprego (FRANÇA; LAVILLE, 2004).

O desemprego estrutural foi um dos fatores centrais para que a atividade associativa econômica fosse dada como uma alternativa. Esse conjunto heterogêneo de iniciativas recebe diferentes nomes que aludem a uma “outra economia”, economia social, economia do trabalho, economia popular e economia solidária (CATTANI, 2009). Por intermédio dos empreendimentos considerados solidários, trabalhadores sem ocupação que se encontram à margem da sociedade podem obter seu sustento mesmo que seja de caráter temporário e com isso, redescobrir seu papel como sujeito social. Trata-se, em essência, de um tipo de resposta à exclusão do mercado de trabalho.

No âmbito da sua organização e institucionalização, a economia solidária no Brasil originou-se da combinação de diversos atores sociais – relacionados a um movimento que aglutinou forças progressistas da vida do país - em atividades reunidas no I Fórum Social Mundial (FSM). A partir deste Fórum, foi formado o Grupo de Trabalho de Economia Solidária, que culminou, no III FSM, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A criação do FBES coincidiu, todavia, com o momento da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, consolidando-se no país a institucionalização, devidamente reconhecida pelo Estado, da economia solidária como uma política social - uma iniciativa popular inserida no conjunto das políticas sociais do Estado brasileiro, “fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do então Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva” (MTE/SENAES, 2007, p.11). A intenção central da SENAES foi então viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário (MTE/SENAES, 2013).

A partir da gestão do governo Temer, em 2016, a SENAES perdeu seu status tendo sido rebaixada para Subsecretaria na nova estrutura do

MTE, com a redução de dois departamentos, perda de cargos de direção e saída do economista Paul Singer e entrada do subsecretário escrivão aposentado da polícia do Estado do Paraná, Natalino Oldakoski, conforme Decreto de nº 8894 de 03 de novembro de 2016 (MTE, 2017). Mesmo com restrições institucionais e hierárquicas, a SENAES lançou em 2017, dois editais de chamada pública para apoiar ações de economia solidária com investimentos governamental disponíveis, mais nada comparado com os estímulos impetrados na época do gestor da SENAES, seu maior entusiasta, o economista e professor Paul Singer. O objetivo desses editais de 2017 foi de apoiar projetos que contribuíssem para a redução das desigualdades socioeconômicas e o resgate da população em situação de extrema pobreza (MTE, 2017).

A SENAES (2013) registrou que a economia solidária expressa um novo modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas no âmbito de segmentos econômicos. Reitera-se que Singer, em seus escritos mais recentes, em coautoria afirma que a ES não é um novo modo de produção, pois possui uma lógica distinta dos princípios basilares da economia de capital. Para Singer e Souza (2012), o pilar norteador deve ser o ser humano em sua integralidade, como sujeito e finalidade das atividades econômicas, desenvolvendo as capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras, e valorizando o associativismo, o trabalho dos setores excluídos da sociedade objetivando um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário. Enfatizam ainda os referidos autores que este modo distinto de gerir apresenta-se como um tipo de resposta dos próprios trabalhadores às mazelas do capitalismo, visto que são adotados princípios e conceitos diferenciados que valorizam a democracia, desenvolvimento humano, cooperação e a proteção do meio ambiente, ressaltando a condição de que todos os seres humanos são iguais.

Com a criação da SENAES, não somente as ações de Economia Solidária ganharam institucionalização, com o estímulo do Estado; mesmo que de forma inexpressiva visto que privilegia-se o agronegócio na

gestão governamental atual, no território brasileiro foram fomentadas as atividades de ES em passado recente através de políticas direcionadas para o apoio de bancos e fundos comunitários, processos de capacitação e de desenvolvimento local e ações de comercialização, dentre outros, para fortalecer a ES.

Entretanto, apresenta-se um dilema à ES quando França e Laville (2004) argumentam que o Estado não possui capacidade efetiva para inserir o total da população economicamente ativa no mercado e por outro lado, a indústria ocupa ainda um lugar estratégico na economia em nome dos ganhos de produtividade que ela gera, e ainda assim, contudo, ela não pode mais desempenhar um papel motor na criação de empregos. É coerente, nesse sentido, pensar que a crise do Estado de bem-estar social requer uma reorganização das diretrizes voltadas a estrutura mercantil, dado que, o aumento do desemprego faz com que outras iniciativas de desenvolvimento sejam prioritárias.

Em contrapartida, existem vertentes críticas que analisam tal fenômeno de forma distinta. Em seus estudos, Carvalho (2011) parte do princípio de que a ES deve estar pautada em uma nova lógica de desenvolvimento, que seja capaz de combinar o crescimento econômico, a finalidade econômica, com o desenvolvimento humano, a partir de um ponto de vista humanista. Reconhece que, por meio do mercado de capital a ES pode se desenvolver, fazendo com que a mesma não seja um modo de produção alternativo, mas sim, um movimento concomitante e que se manifesta dentro do próprio capitalismo sem ruptura ou transição.

Carvalho (2011, p. 15) argumenta ainda que, longe de ser um espaço para o desenvolvimento de pensamentos e políticas contestatórias, a Economia Solidária é uma proposta que reúne o ponto de vista do debate “ideopolítico” da visão da esquerda e que, para o capital, tal iniciativa apresenta perspectivas que podem ser bastante favoráveis. Ao se apresentar como movimento concomitante, conforme a visão de Carvalho (2011) este possui a capacidade de superar a alienação capitalista e até mesmo a exploração social, se apresentando como uma política (mas também como

movimento) que promove uma manipulação ideológica como forma de garantir consentimento e contenção social. Dessa forma, o autor afirma que a ES faz sentido como concebida no interior do sistema capitalista, visto que, embora existam discursos em disputa – que pretendem transformar ou conservar as relações capitalistas –, a economia solidária, em sua relação com uma totalidade mais abrangente, é um movimento que, na sua visão, não apresenta alternativas reais frente à disputa entre projetos societários, para além do capitalismo.

No entanto, para Singer (2002), o sistema capitalista apresenta um viés controverso visto que, cria possibilidades de desenvolvimento de organizações de cunho econômico cujo fundamento se difere do modo de produção hegemônico. A ES se designa como este tipo de organização, visto que Singer (2002, p.121) a qualifica como “anticapitalista”.

Levando-se em conta as distintas interpretações, de um modo geral é possível argumentar que a ES possui um viés paradoxal de inserção social e desenvolvimento dentro do sistema capitalista.

Como discussão posterior, trazemos a heterogeneidade de ES e suas formas assumidas para que conheçamos seu universo de empreendimentos e possamos focalizar na tipologia do objeto de estudo especificamente.

2.2 Economia Solidária: Tipologias e Expressões Recentes

Economia solidária é o termo que vem sendo empregado para designar e identificar politicamente uma variedade de iniciativas coletivistas de produção, comércio, consumo, poupança e crédito balizadas por princípios idealmente igualitários e democráticos (SOUZA, 2011). Esse conjunto de atividades engloba práticas autogestionárias, cooperativismo, associativismo, ações de troca de mercadoria e serviços movidos por princípios alternativos em algo chamado comércio justo, entre outras atividades como o circuito curto de comercialização.

Com base nas contribuições de diversos estudiosos de ES, apresenta-se o quadro abaixo que reúne os tipos de empreendimentos principais de Economia Solidária e suas definições:

Quadro 1 - Tipologias de economia solidária e suas definições

Tipologias de Economia Solidária	Definições
Cooperativismo	Cooperativas são organizações onde um determinado número de pessoas se une buscando fins comuns a partir de um conjunto de regras pré-estabelecidas por esse grupo. (CORNELIAN, 2006).
Clubes de troca	São formados por pequenos produtores de mercadorias que constroem para si, um mercado protegido ao emitir moeda própria que viabiliza o intercâmbio entre os participantes (SINGER, 2000).
Empresas autogestionárias	Trata-se de mais uma forma na qual pode se materializar a Economia Solidária. As empresas autogestionárias geralmente nascem da iniciativa de trabalhadores que se associam e montam uma empresa na qual não terão a figura de um patrão, mas todos são responsáveis pelo bom andamento do negócio. Outra forma de autogestão acontece nos casos em que trabalhadores assumem uma empresa em situação falimentar ou pré-falimentar da qual fazem parte. (MARTINS; CRUCIAL; ARAÚJO, 2007).
Comércio Justo	O que se visa com o comércio justo é o contato direto entre o produtor e o consumidor, o que por si só já traz maiores benefícios do que se tivessem intermediários, e espera-se que este contato reflita o propósito dessa atividade, que é justamente a distribuição da riqueza em modo digno e justo (SENAES, 2013).
Circuito Curto de Proximidades	É uma forma de organizar e comercializar os produtos permitindo diminuir o número de intermediários entre o produtor e o consumidor (FRANÇOIS, 2000). Circuitos curtos são inspirados em experiências de desenvolvimento local, com todas suas variantes, economia solidária, comércio justo, e agrega um novo componente, a preocupação com a sustentabilidade ambiental. A proposta é que, ao fortalecer os circuitos curtos de produção e consumo, o projeto de desenvolvimento busque a criação de oportunidades para os atores locais, maiores possibilidades de promover a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a qualidade de vida no território (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013).

Fonte: Cornelian (2006); Singer (2000); Martins, Crucial e Araújo (2007); SENAES (2013); François, (2000); Darolt, Lamine e Brandemburg (2013).

As diferentes tipologias de ES apresentadas na literatura especializada, independente das visões distintas de seus estudiosos, acenam de um modo geral para a ES como uma possibilidade, aos envolvidos,

de vivenciar a construção de laços sociais compostos por solidariedade e ajuda mútua no campo econômico alternativo.

Expressões recentes consideradas no âmbito da Economia Solidária têm se destacado na literatura, mesmo que ainda com pouca expressividade, mas que requer atenção. É a chamada dinâmica do Circuito Curto (CC) de proximidades alimentares na produção e comercialização, foco principal desse estudo. Embora ainda não possua definição oficial no Brasil, os seus idealizadores, produtores do setor agroalimentar da França, têm utilizado o termo para caracterizar os Circuitos Curtos que dispensam intermediários ou que mobilizam até no máximo um intermediário entre produtor e consumidor (DAROLT, 2012; DAROLT et al., 2013). Mas não se trata apenas de distribuição, a dinâmica de Circuito Curto. Podemos diferenciar o CC em duas vertentes: aquela em que ocorre a venda indireta, quando há a incidência de um intermediário, no caso da entrada de outro produtor, um mercado local, uma cooperativa, entre outros, e a venda direta que consiste na entrega direta do produtor ao consumidor. Além disso, outras denominações também aparecem na literatura, como mercados de proximidade ou mercados locais (DAROLT, 2012; DAROLT et al., 2013).

Com a venda direta, cria-se a possibilidade do preço reverter majoritariamente para os pequenos produtores da agricultura familiar, destacando-se como uma forma de valorização dos produtos locais, em virtude dos benefícios que podem trazer para os agricultores, consumidores e, em particular, para as zonas rurais.

Conforme Caccia Bava (2015), os circuitos de proximidade alimentares como também podem ser chamados os CC possuem uma perspectiva multidimensional que pode ser composta em três vertentes:

1. Dimensão econômica: os agentes locais mobilizam os recursos do território para aumentar a sua competitividade e explorar novos mercados;
2. Dimensão sociocultural: os valores ligados à identidade e ao patrimônio fundamentam e reforçam o processo de desenvolvimento;

3. Dimensão político-administrativa: maior protagonismo dos governos locais.

Ao contrário desse mecanismo, temos o circuito longo, que é predominante na economia contemporânea capitalista. Como destaca o referido autor,

Por circuitos longos entendemos, por exemplo, a exportação de commodities. A soja que é plantada na região central do país e que é exportada para a China. Tomemos este exemplo. A plantação extensiva de soja requer grandes áreas e acaba por concentrar ainda mais a terra no Brasil, expulsando a agricultura familiar. As técnicas de produção são todas mecanizadas, requerendo grande maquinaria e técnicos especializados para operá-las. Tudo isso requer muito capital. É preciso investir em silos, estradas de ferro, portos, navios, sem considerar o enorme gasto de energia. Os circuitos longos, ao contrário do que prega a ideologia do mercado, pauperizam o território em que operam, retiram dele recursos naturais e a riqueza gerada pela produção, que é transferida para os centros financeiros internacionais. Como seu objetivo não é o desenvolvimento do território, também não se preocupam com a degradação ambiental que geram. Com a adoção de novas tecnologias, dos avanços na mecanização e na automação, estes grandes empreendimentos passaram também a absorver muito pouca mão de obra local. O saldo para os atores locais e o desenvolvimento do território não é favorável (CACCIA BAVA, 2015, p. 4).

O sistema de distribuição preponderante de circuitos longos favorece as empresas de grande porte, nacionais e multinacionais, grupos que possuem forte lobby econômico e forte influência política e financeira. Desta forma, os governos, capturados por estes interesses, orientam as políticas públicas para lhes dar suporte em seu crescimento e lucratividade (CACCIA BAVA, 2015).

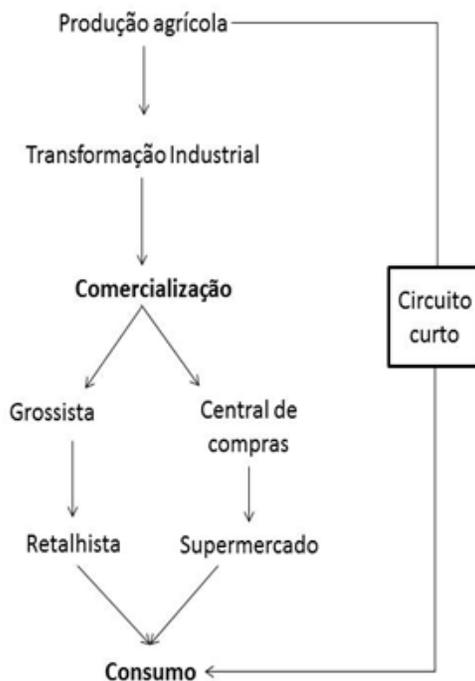
Argumenta o referido autor que os circuitos longos alimentam a concentração de renda e favorecem o alcance do fim último das grandes organizações, a maximização do lucro e centralização do poder no mercado. Aprofundam as desigualdades sociais levando uma população “marginalizada” a criar formas alternativas de geração de renda e trabalho, que por muitas vezes redundam em práticas de Economia Solidária.

Como observa Coraggio (2003), nos seus estudos sobre estratégias de sobrevivência local, estas surgem da incapacidade do sistema de incorporar

a todos, fazendo com que as pessoas, famílias, grupos e comunidades locais recorram, crescentemente, a táticas coletivas de sobrevivência e nesse contexto, os denominados empreendimentos econômicos solidários (EES) se apresentam como formas de trabalho associativo, que favorecem a autogestão com conseqüente valorização da construção de redes colaborativas e novos modelos de produção e consumo pautados na democracia, em que podem ser lançadas as bases para a autonomia desses empreendimentos.

Por sua vez, Caccia Bava (2015) comparando os dois modelos de produção e comercialização, o de circuitos longos e o de circuitos curtos que são o campo de atuação dos atores e da economia, argumenta que não há como substituir o primeiro pelo segundo, o que para ele seria utópico. Isso pode ser observado na figura 1. A recomendação do autor é o fortalecimento progressivo dos setores e atividades da economia que possibilitam a integração de pessoas que necessitam desenvolver suas próprias capacidades de inserção social a partir de suas iniciativas. Em vista disso, constatamos em Darolt, et al. (2013) e Caccia Bava (2015) que circuitos curtos são inspirados em experiências de desenvolvimento local, com todas as suas variantes, economia solidária, comércio justo, e agrega um novo componente, a preocupação com a sustentabilidade ambiental. A proposta é que, ao fortalecer os circuitos curtos de produção e consumo, o projeto de desenvolvimento busque a criação de oportunidades para os atores locais, maiores possibilidades de promover a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a qualidade de vida no território.

Figura 1 - Distinção entre Circuito Curto e Circuito Longo



Fonte: Françoi (2000, p. 16).

Dentro da modalidade CC, está presente uma série de dispositivos de caráter coletivo ou individual que contam ou não com o compromisso do consumidor e possuem maior ou menor engajamento político (RETIÈRE, 2014). Dito isto, podemos citar, como exemplo de CC, as feiras de produtores familiares.

Julgou-se interessante pesquisar a origem da palavra feira e verificou-se que vem do latim “feria”, que significa dia santo/feriado, e que deu origem ao termo “feira” em português, “feria” em espanhol, ou fair em inglês; elas podem ser compreendidas como o meio mais antigo de relação comercial entre consumidores e produtores (DAROLT, 2012).

As feiras as quais nos referimos nesse estudo são baseadas num regulamento que exclui atravessadores e valoriza os produtos regionais. A inclusão dos pequenos produtores na economia local mostra-se como uma possibilidade realizável, pois demanda uma escala de produção compatível

com os mesmos. Os CC constituem-se como mecanismo de obtenção de renda para a agricultura familiar, buscando aumentar as oportunidades para o crescimento de uma produção de qualidade e um mercado mais justo e solidário.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Levando-se em consideração o problema de pesquisa delineado, entendeu-se o presente estudo como de natureza qualitativa, por ser esta mais aderente com seu objeto, dado que, para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. O presente estudo está estruturado na construção de um arcabouço teórico focado no objeto de pesquisa, constituindo-se a pesquisa bibliográfica. Adicionalmente consultaram-se fontes documentais conforme elencados a seguir: (a) Regimento Interno da Feira da Agricultura Familiar de Magé de 01 de novembro de 2011, (b) Lei nº 2165/2012, que incide a instalação e funcionamento da FAFM, (c) A publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2009, instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, que cria a SENAES no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego e (d) Decreto nº 8894, de 03 de novembro de 2016, que rebaixa a SENAES para Subsecretaria na nova estrutura do Ministério do Trabalho e Previdência.

Em campo, conduziu-se a pesquisa empírica por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado, visto que a entrevista é o instrumento por excelência da investigação social, pois, além de dados que se busca em outras fontes, esta possibilita extrair aspectos provenientes de uma conjuntura cultural e social (MARKONI; LAKATOS, 2003). Os sujeitos da pesquisa foram definidos de acordo com os critérios previamente estabelecidos, levando-se em consideração o seu envolvimento com a Feira da Agricultura Familiar de Magé/RJ.

Os sujeitos da pesquisa totalizaram nove entrevistados e estão elencados conforme se vê no quadro 2:

Quadro 2 - Sujeitos da pesquisa

Sujeitos da pesquisa	Razões para a escolha dos sujeitos
Entrevistado nº 1	Representante da Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Magé, membro da Comissão de Organização da FAFM e participe da FAFM desde o início da criação da feira.
Entrevistado nº 2	Membro da Comissão de Organização da FAFM e participe da FAFM desde o início da criação da feira.
Entrevistada nº 3	Representante da Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Magé e participe da FAFM desde o início da criação da feira.
Entrevistado nº4	Agricultor(a) participe da FAFM desde o início da criação da feira.
Entrevistado nº 5	Agricultor(a) participe da FAFM desde o início da criação da feira.
Entrevistada nº 6	Agricultor(a) participe da FAFM desde o início da criação da feira.
Entrevistado nº7	Agricultor(a) participe da FAFM desde o início da criação da feira.
Entrevistado nº 8	Agricultor(a) participe da FAFM desde o início da criação da feira.
Entrevistada nº 9	Agricultor(a) participe da FAFM desde o início da criação da feira.

Fonte: Escolha com base em trabalho de campo.

Para a abordagem junto aos sujeitos, definiram-se questões norteadoras as quais, como o nome sugere, serviram de orientação para a abordagem das entrevistas.

Quadro 3 - Questões norteadoras da pesquisa

Questões norteadoras
Como se formou a Feira da Agricultura Familiar de Magé/RJ
Como ocorreu a organização dos agricultores familiares em função da Feira da Agricultura Familiar de Magé
Quais os princípios que regem o trabalho dos produtores
Como ocorre o processo de produção e distribuição ao consumidor
Que mudanças ocorreram na vida e no trabalho dos agricultores após o início da sua participação na rede de circuito curto
Quais as vantagens de interagir direto com o consumidor na feira

Fonte: Os pesquisadores

Julgou-se adequada como técnica de análise de dados nesta pesquisa a análise de conteúdo nos moldes de Bardin. Conforme a autora,

“a análise do conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que tem como intuito obter por meio de procedimentos a descrição do conteúdo das mensagens que possibilitem a inferência de conhecimentos referentes a estas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 67).

A partir do objetivo da pesquisa, definiram-se, a priori, com base no arcabouço teórico do trabalho, as categorias de análise abaixo apresentadas no quadro 4. As categorias analíticas são orientadoras para a articulação teoria-empíria de modo a auxiliarem para uma interpretação teórico-empírica consistente.

Quadro 4 - Categorias de análise da pesquisa

Categorias	Definição Teórica
Dimensão econômica	Perspectiva dos agentes envolvidos em relação às melhorias econômicas.
Dimensão sociocultural	Valores ligados à identidade e ao patrimônio fundamentam e reforçam o processo de desenvolvimento local.
Dimensão político-administrativa	Aspectos relacionados à participação dos governos/ instituições locais, e outras entidades envolvidas.

Fonte: Elaboração própria a partir de Caccia Bava (2015).

4. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA

O objetivo desta seção é realizar uma articulação entre a discussão teórica que fundamentou a realização do estudo, os principais achados evidenciados nas fontes empíricas. Nessa articulação é importante ressaltar que as categorias de análise foram de fundamental importância para a elaboração das questões norteadoras que guiaram a abordagem empírica.

O trabalho de campo privilegiou a Feira da Agricultura amiliar de Magé (FAFM), inaugurada em julho de 2012 no bairro de Piabetá (pertencente ao distrito de Inhomirim) no município de Magé. Foi uma iniciativa conjunta entre a Associação de Produtores Rurais de Magé, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura, a Emater-Magé e da ONG AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), atendendo a uma demanda apresentada pela COOPEMAGÉ (AS-PTA, 2012).

Em 2012, quando do seu surgimento, a FAFM contava com a presença de cerca de 17 famílias produtoras e o dado mais atual que se tem apresenta o número cerca de 26 famílias envolvidas. Dessas 26, 90% cultivam produtos orgânicos (MAGÉ ON LINE, 2017).

Os municípios de Magé, Nova Iguaçu e Japeri foram selecionados para o Convênio 198/09 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), cujo objetivo foi o apoio à agricultura urbana e periurbana na região metropolitana no Rio de Janeiro, fortalecendo os sistemas locais de produção e abastecimento de alimentos, com ações de formação, assistência técnica, fomento e monitoramento dentro dos princípios da Economia Solidária e agroecologia (AS-PTA, 2012).

Deponentes revelaram que antes da realização do convênio, os agricultores não conseguiam escoar toda sua produção na localidade; direcionavam-na para a Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA) ou acabavam dependentes de atravessadores, o que não lhes proporcionava o ganho econômico devido e acarretava a não utilização da totalidade das terras disponíveis para o trabalho. Também não possuíam meios para transportar os produtos. Nesse aspecto, o relato a seguir especifica as mudanças que aconteceram:

O negócio melhorou e foi muito sabe? 500%! Pra você ter ideia, no início o colega começou levando mercadoria com bicicleta, ele andava mais de 10 km de bicicleta, saía de madrugada, agora ele tirou carteira de motorista, comprou um fusquinha e agora já comprou uma uno, entendeu? (...) a vida mudou e mudou muito (...) (Entrevistado 1).

Nota-se em algumas falas dos entrevistados, que houve certo consenso entre as opiniões no que tange à melhoria na produção com a FAFM. Quando questionados sobre a relação com a produção, antes do convênio, observa-se na seguinte fala que:

(...) tinha muita terra improdutiva que a gente não conseguia plantar por falta de dinheiro, de capital né? E com isso, tiramos o lucro das mãos dos atravessadores, além de que a gente não conseguia aumentar a produção porque a gente não tinha dinheiro, tudo isso por conta de falta de capital, falta de dinheiro (Entrevistado 3).

Os depoentes identificaram o Circuito Curto mais como um princípio, uma prática que gera oportunidades do que como um conceito. Todos os abordados possuem uma visão abrangente da capacidade desse princípio. Ao fortalecer os Circuitos Curtos de produção e consumo, conforme Caccia Bava (2015) argumenta, o projeto de desenvolvimento dos grupos sociais envolvidos almeja a criação de oportunidades para os atores locais, maiores possibilidades de promover a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a qualidade de vida no território.

Os agricultores familiares de Magé abraçaram a ideia do Circuito Curto de proximidades alimentares na produção e comercialização como uma importante alternativa, dado que, a venda dos produtos realizada diretamente pelos pequenos produtores, representa uma estratégia de sobrevivência

face à dificuldade de comercialização e escoamento de produtos na região sem interferência de terceiros.

A inserção dos agricultores familiares aos circuitos curtos tem influência direta das instituições e associações que fortalecem e estimulam estas práticas, conforme relatado acima, o que tem estimulado a inserção desses trabalhadores rurais em mercados encontrados pela agricultura familiar. Isso corresponde à exploração do mercado local através de venda direta ao consumidor sem a presença de intermediários.

Os estudos consultados sobre outras experiências no tocante à Economia Solidária e em especial as que adotaram os CC nos levam a compreender que a temática não se restringe apenas às relações econômicas e políticas com o trabalho; envolve também as iniciativas de cooperação entre os produtores e as relações sociais que podem vir a surgir nos serviços de proximidade existentes no âmbito deste tipo de economia - houve relatos sobre a prática da troca: produtores que trocam produtos entre eles e também muita informação. Existe uma relação de mutualidade que permite várias ações de trocas entre os envolvidos com o processo da feira; há um sentimento de reciprocidade. O entrevistado 2 relatou que começou a comercializar certa variedade de hortaliça devido a sementes que ganhou de outro agricultor familiar.

Ah...essa troca, não é só dinheiro sabe? Vai pela amizade, o interesse em melhorar, em ajudar, cada vez mais...Tem um clima que eu gosto de cooperação ...fora nós se ajudamos um com o outro ...a gente troca sementes ...troca dicas. Por exemplo, eu não cultivava rúcula de folha larga, não achava a semente, mas aí eu recebi a semente do meu vizinho aí agora nós dois produzimos rúcula de folha larga (...).

Uma circunstância que foi esclarecida nos registros do Regimento da FAFM é a questão do escoamento da produção para fora da FAFM pelos agricultores familiares, o que permite que estes também vendam nos seus próprios sítios, seus produtos para compradores interessados (FAFM, 2011).

No que corresponde à relação dos agricultores familiares com os consumidores, a preocupação principal é com o conhecimento passado para o consumidor, da origem dos produtos (FAFM, 2011) e essa confiança,

segundo Darolt (2012), gera uma valorização por parte dos consumidores daquilo que está sendo consumido dos produtores.

Corroborando a interpretação de Darolt acima, Retière (2014) argumenta que o Circuito Curto visa expressar o conceito de proximidade entre o produtor e consumidor; este princípio de proximidade favorece a confiança e pereniza as relações. A entrevistada 3 salienta este princípio quando indagada a respeito desse fato:

As pessoas (consumidores) gostam muito... eles vêm, conversam, conhece os produtos, sabe? Perguntam como é produzido, (...) tem gente que quer visitar até a nossa propriedade (...) Então, entre a gente agricultor e entre o consumidor houve assim... uma aproximação... eles conheceram como que é produzido né? E como nosso produto é fresquinho. Depois que as pessoas começam a ir na Feira (...) elas sentem falta da gente quando falam ah! o que aconteceu? Você não veio... Se torna uma família né?

Quanto à organização dos agricultores em relação à sua participação como integrante da Feira todos devem seguir o Regimento Interno como pré-requisito para entrar na Feira e cabe à Comissão de Organização da FAFM verificar, se as regras de fato estão sendo cumpridas e também há uma maior autonomia quanto à resolução dos problemas de ordem operacional (FAFM, 2011). Nesse sentido, observa-se a fala do Entrevistado 6:

Manter a organização da feira... ser tudo bem organizado...a gente sempre fala sobre manter né...a mensalidade que a gente paga em dia...pra poder né...fazer uma festinha, se a barraca der algum defeito a gente sempre tem que ter um dinheirinho em caixa pra consertar...nós temos um fundo né que cobre essas coisas ... se a balança ou a barraca der algum defeito a gente não precisa tirar do nosso bolso...o fundo serve pra isso... a gente no passado tínhamos organizações que ajudavam a gente no lado financeiro como a AS-PTA, a EMATER, agora não tem mais.

O depoimento acima também acena para a situação atual de pouco apoio financeiro das instituições governamentais comparado com o passado. E esse foi um ponto comum em vários depoimentos, já que, segundo os relatos, os agricultores familiares agora não contam mais, como antes, de apoio seja público ou privado.

Apesar da autonomia conquistada pelos agricultores familiares com as feiras, dentro do princípio do Circuito Curto, isso não significa que os órgãos

públicos responsáveis devam se eximir de suas responsabilidades sobre esse tipo de economia, conforme ponderado por Caccia Bava, (2015). As feiras de agricultura familiar ainda estão longe de receber a atenção necessária por parte dos setores responsáveis, pois estas são parte de uma política social governamental e enquanto tal, devem estar devidamente amparadas para fortalecer as políticas públicas e os programas governamentais voltados para o desenvolvimento rural do país.

Nesse sentido, o referido autor argumenta que o modelo de desenvolvimento capitalista, ao favorecer os grandes e colocar o Estado a seu serviço, impele os demais a procurar formas de sobrevivência social econômica por conta própria. Com efeito, num país como o Brasil, campeão da desigualdade social, grande parte da população se encontra desafiada a criar formas de geração de trabalho e renda.

Tal afirmativa se reforça na fala do entrevistado a seguir, ao ser indagado sobre a relação dos agricultores partícipes da FAFM com as instituições que os auxiliaram na implantação da iniciativa:

Nós fizemos reunião com a EMATER e outras instituições que ajudou a gente com as barraca, as balança que a gente usa aqui no local... graças a Deus tá sendo bom até hoje...e assim, a gente vai levando...e hoje por exemplo, cada um de nós temos um carro em que nós podemos trazer nossa mercadoria, eles ajudaram a gente no começo mas agora não tá podendo ajudar (Entrevistado 9).

Como resultado, por um lado, a pesquisa autoriza a afirmar que a FAFM representa uma luta pela sobrevivência, e que através de uma visão solidária, como estratégia desta sobrevivência, tem absorvido um maior contingente de pessoas que hoje se beneficiam de uma política social criada no âmbito governamental, mas que, com os cortes de financiamento frente a mudanças de governo, precisaram também desenvolver suas próprias capacidades de inserção social e produtiva a partir de suas iniciativas. Por outro lado, percebeu-se que, de um modo geral, há algo forte que move esses pequenos produtores, congregando-os e organizando-os em torno da Feira dos Agricultores Familiares de Magé, sob a crença de que, adotando formas inovadoras de se organizar e de comercializar seus produtos, podem ratificar a autonomia do seu trabalho de agricultor(a) familiar e gerar uma

maior sustentabilidade socioeconômica desse grupo social, não importando o termo que recebe essa modalidade de produção e comercialização.

5. CONCLUSÕES

O presente artigo teve como finalidade apresentar um breve panorama histórico sobre a temática de Economia Solidária e suas manifestações contemporâneas como o Circuito Curto de proximidades, trazendo a análise da experiência de um grupo social de agricultores familiares que tem se apropriado de princípios da ES, na busca de soluções para a sua situação de desproteção das políticas sociais. Sendo a experiência desses agricultores organizados na Feira de Agricultura Familiar do município de Magé (FAFM) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a base empírica da pesquisa.

Buscou-se salientar que a espiral que conduz à exclusão deixando à margem, trabalhadores desempregados e sem pertencimento social é um forte propulsor da ES assim como apontam França e Laville (2004). Deste modo, por meio dos empreendimentos considerados solidários, trabalhadores sem ocupação formal, e que se encontram à margem da sociedade, têm procurado obter seu sustento mesmo que seja de caráter temporário e com isso, redescobrir seu papel como sujeito social.

Procurou-se expor o importante marco brasileiro da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, consolidando-se no país a sua institucionalização, devidamente reconhecida pelo Estado, como uma política social, a partir de uma iniciativa popular inserida no conjunto das políticas sociais do Estado brasileiro (MTE/SENAES, 2007) e que atualmente, a SENAES se encontra como subsecretaria do Ministério de Trabalho e Emprego e ainda dispõe de atividades de financiamento e fomento à ES no país, conforme informações no site desta secretaria, mesmo que não com o devido peso de outrora.

O trabalho focou tipologias da ES, destacando-se, entre as suas expressões mais recentes, a do Circuito Curto de Proximidades que se apresenta como inovadora e consiste na forma de produzir e comercializar

os produtos permitindo diminuir significativamente, ou mesmo, excluir por completo, os intermediários entre o produtor e o consumidor (FRANÇOIS, 2000), princípio em que a experiência dos agricultores familiares de Magé tenta se calcar.

A pesquisa detectou que algumas instituições que incentivaram a FAFM em sua formação inicial, não acompanham mais de perto seu progresso, como antes, mas que continuam presentes na iniciativa, porém só com suporte técnico e ajuda nos trâmites nos dias de feira.

O espaço de venda direta da experiência de CC permite entregar o produto e receber o pagamento imediatamente, porém isso pode representar também uma dificuldade: é importante responder às demandas dos consumidores para ganhar sua preferência, o que envolve um conhecimento dos hábitos de compra e na consolidação de uma clientela que valoriza a natureza solidária da relação produtor x consumidor.

Contatos com os entrevistados na FAFM permitem registrar uma série de problemas que expõem a existência de indicadores de vulnerabilidade que poderão impactar na sustentabilidade da Feira, como por exemplo, a concorrência com os mercados e sacolões que possuem preços mais atrativos, a sazonalidade das mercadorias, o escasso apoio financeiro das instituições públicas, a falta de publicidade e propaganda, entre outros problemas. Tudo isso como consequência da carência de recursos para investimentos voltados para a agricultura familiar, agravado com atual projeto político de governo que não escolheu privilegiar políticas sociais como pilar do desenvolvimento do país.

A pesquisa conclui que, de um modo geral, pode se observar que o Circuito Curto promove o fortalecimento e reconhecimento da agricultura local. Os fatores de proximidade geográfica e regional entre consumidor e produtor são recursos que elucidam o reconhecimento do agricultor familiar enquanto sujeito social.

A presença efetiva dos agentes sociais envolvidos na iniciativa (consumidores, agricultores familiares, instituições governamentais e não governamentais) é de vital importância para garantir que os Circuitos Curtos

contribuam de fato como uma alternativa de sobrevivência de trabalhadores rurais diante do sistema dominante de produção, comercialização e consumo, propiciando a diversificação da produção, a valorização da produção agrícola familiar e o reconhecimento do seu papel como protagonista no resgate de princípios morais e éticos da economia, por meio da edificação de iniciativas pensadas coletivamente.

HOMENAGEM IN MEMORIAM

Esse artigo presta uma homenagem In Memoriam ao principal idealizador e estudioso do tema da Economia Solidária no Brasil, Paul Singer, o qual foi a principal inspiração para a realização da presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

AS - PTA. **É inaugurada mais uma feira da agricultura familiar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.** Disponível em: < <http://aspta.org.br/2012/08/e-inaugurada-mais-uma-feira-da-agricultura-familiar-na-regiao-metropolitana-do-rio-de-janeiro/>> . Acesso em: 11 mar. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa, Edições 70, LDA, 1977.

CACCIA BAVA, S. **Circuitos Curtos de Produção e Consumo.** Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2015.

CARVALHO, L. **Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile.** II Conferência do Desenvolvimento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Cadernos 47, Brasília, DF. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, 2011.

CATTANI, A. D. **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra, Almedina, 2009.

CORAGGIO, J. L. **Sobrevivencia y otras estrategias en LAC: La perspectiva desde lo local, 2003.** Disponível em: <https://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/sobrevivenciayotrasestrategias.pdf> Acesso in: 21 mar. 2017.

CORNELIAN, R. A. **A concepção de “economia solidária” em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas.** Araraquara, 2006: Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UNESP. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99005>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

DAROLT, M. R. **Conexão ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores.** Londrina, IAPAR, 2012.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. **A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês**. Construção Social dos Mercados, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013.

FAFM – **Feira de Agricultura Familiar do Município de Magé**. Regimento Interno. 01 de novembro de 2011.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2004.

FRANÇOIS, M. **Comercializar os produtos locais: circuitos curtos e circuitos longos**. Inovação no meio rural. Caderno nº 7. Observatório Europeu LEADER. jul., 2000.

GRIN, E. J. **Regime de Bem-estar Social no Brasil: três períodos históricos, três diferenças em relação ao modelo europeu social-democrata**. Cadernos de Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 18, n. 63, p. 186-204, Jul./Dez. 2013.

MACHADO, M. I. **Economia Solidária: economia de fronteira?** Otra Economía, n. 8, vol. 14, p.11-21, jan.-jun. 2014.

MAGÉ on LINE. Magé: **Agricultores comemoram cinco anos de Feira de Piabetá**. Disponível em: <https://redetvwebmais.com/site/mage-agricultores-comemoram-cinco-anos-de-feira-em-piabeta/> . Acesso em: 11 dez. 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. ed. São Paulo, Atlas, 2003.

MARTINS, C. H.; CRUCIAL, C. V; ARAÚJO, E. J. da C. **Economia de Comunhão e Economia Solidária: uma distinção de conceitos**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - EnANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. Anais [...] Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

MINISTÉRIO DO TRABALHO/MT. **Ministério do Trabalho abre edital público para projetos de economia solidária, 2017**. Disponível em: < <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/ministerio-do-trabalho-abre-edital-publico-para-projetos-de-economia-solidaria>> . Acesso em: 16 jun. 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade**. 18ª Edição. Petrópolis, Vozes, 2001.

MTE/SENAES. Secretaria Nacional da Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília, 2007. MTE/SENAES. Secretaria Nacional da Economia Solidária. Apoio ao sistema nacional de comércio justo e solidário por meio do reconhecimento de práticas de comércio justo e solidário. Brasília, 2013.

NAVARRO, V. **Produção e Estado do bem-estar: o contexto das reformas**. In: LAUREL, C. A. (Org.) Estados e políticas sociais no neoliberalismo. São Paulo, Cortez, 1997.

PREBISH, R. **O Desenvolvimento econômico da América Latina e alguns se seus problemas principais**. (1949). In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. vol.1. São Paulo, Ed. Record, 2000.

RETIÈRE, M. I. H. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas**. Piracicaba, 2014: Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias). 115 páginas. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, USP, 2014.

SENAES (SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA). **Apoio a implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção de desenvolvimento territorial sustentável visando à superação da extrema pobreza**, Brasília, 2013. Disponível em:< <http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/programas-e-acoes/acoes-integradas>> . Acesso em:14 mai. 2016.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: SANTOS, B. S. (Org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos*. 1ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **Vida nova para as cooperativas de trabalho**. Caderno Opinião, Folha de São Paulo, 16. 06. 2012.

SOUZA, R., A. **Um exame de Economia Solidária**. Outra Economia. Revista Latinoamericana de Economia Social y Solidária, 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2011.59.05/902> . Acesso em: 26 fev.2017.

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. **Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda**. 2004. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Ipea. Nota Técnica. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5250> . Acesso em 25 fev. 2017.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Wilson Noé Garcés Aguilar - Doctor en Administración de la Universidad del Valle (2020), Magister en estudios interdisciplinarios del desarrollo de la Universidad del Cauca (2018) y Contador Público de la Universidad del Valle (2011). Docente universitario en el suroccidente colombiano en áreas contables, administrativas, financieras y humanas. Ha sido director y evaluador de trabajos de grado y posgrado en universidades latinoamericanas. Se ha desempeñado como par evaluador de revistas y editoriales nacionales e internacionales en el área de la administración, estudios organizacionales y negocios. Es investigador interdisciplinario en ciencias sociales y humanas reconocido por el Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación en Colombia. Ha sido miembro de los grupos de investigación VINCO de la Universidad Cooperativa de Colombia, del grupo Investigaciones Contables, Económicas y Administrativas -GICEA- de la Universidad del Cauca, del Grupo de Investigación Minka de la Fundación Universitaria de Popayán, de los grupos de investigación Territorios, IREHISA y Grupo de investigación Nuevo Pensamiento Administrativo de la Universidad del Valle, del Grupo de investigación GIICO de la Fundación Universitaria Lumen Gentium Unicatólica Cali y de los grupos de Investigación Interdisciplinario en Ciencias Sociales y Humanas y Gestión, Desarrollo y Sociedad de la Corporación Universitaria Autónoma del Cauca. Es miembro de redes de conocimiento especializado: Red de investigadores ASCOLFA Sur Occidente RIASCOLFA – Colombia, Red Educación y Economía Social y Solidaria, y de la Red de investigadores latinoamericanos de economía social y solidaria. Participa activamente de eventos científicos en Latinoamérica en calidad de conferencista y ponente y cuenta con variada publicación de artículos y capítulos de libros. Ha sido director de proyectos de investigación, coordinador de proyectos interinstitucionales con entidades públicas y asesor de programas de iniciación científica en los departamentos del Cauca y Valle del Cauca en Colombia.

Selma Mendoza García - (México), Formación Académica: (2019) Maestra en Ciencias en Estudios Interdisciplinarios para Pequeñas y Medianas Empresas por el Instituto Politécnico Nacional. (2017) Becaria Nacional de Investigación del Programa de Posgrados de Calidad-CONACYT. (2016) Ingeniera Industrial por la Universidad Autónoma Metropolitana. Actividades Académicas: (2020) Docencia-Universidad Pedagógica Nacional-291. (2019) Coordinación Seminario de Economía e Innovación Social (UPIICSA). (2019) Becaria de Investigación BEIFI-IPN. (2018) Publicación Red de Innovación

Social: Asociaciones heterogéneas para la resolución de una problemática social (PILARES). Experiencia profesional: (2019) Facilitador-Instituto Nacional de Economía Social (MX). (2018-2017) Consultor Jr.-Secretaría del Trabajo y Fomento al Empleo (MX).selmamg8@gmail.com / www.linkedin.com/in/selma-mendoza-56486715a

Lina Juliana Robayo Coral - Docente investigadora, Doctoranda en Educación de la Universidad de San Buenaventura Cali, Magister en Estudios Interdisciplinarios del Desarrollo, especialista en Sistemas de información Geográfica, Geógrafa de la Universidad del Valle, en Santiago de Cali. Ha venido trabajando la línea de territorio y estudios organizacionales, algunos de sus trabajos han estudiado las identidades manifiestas, ontologías propias en contextos multiculturales e interculturales como la sierra Norte Peruana, la comunidad de Pance, en la zona rural de Santiago de Cali, y las comunidades del Norte del Cauca. Actualmente se encuentra avanzando en su tesis doctoral estudiando como emerge la enseñanza en contextos interculturales.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 3, 67, 70, 77, 78, 81, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92

Agrocadena 95, 96, 102, 103, 104, 105, 107, 110, 112

C

Circuito curto 67, 70, 71, 77, 80, 85, 87, 88, 89, 90

Contra hegemonía 18, 40

Cooperativa 3, 4, 8, 13, 14, 20, 44, 45, 46, 47, 54, 57, 58, 59, 60, 66, 77, 103, 121, 124, 127, 133, 135, 138, 139

D

Diseño hegemónico 18, 19, 21

Diversidad 17, 18, 22, 23, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 44, 62, 97, 109, 117, 142

Diversidade 1, 2, 3, 9, 12, 13, 15, 16, 92

E

Economía Solidária 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 85, 86, 89, 91, 92, 93

Emprendimiento social 44, 45, 46, 49, 50, 65

Eslabonamiento 95, 102, 106

Estudios organizacionales 26, 30, 32, 33, 34, 41

G

Governança 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 17

I

Inclusión socio-laboral 44, 45, 46

Innovación social 45, 47, 49, 50, 51, 59, 65

M

Magé, RJ 67, 68

O

Organizaciones 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 51, 60, 61, 95, 99, 104, 106, 108, 115, 116, 123, 127, 135, 136, 139, 140, 141, 146

Organización solidaria 18, 22, 23, 29, 128

P

Política social 67, 72, 88, 89

Q

Quinoa 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112

R

Red Cooperativa 45, 135

Redes 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 73, 79, 101, 112, 115, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141



**EDITORA
ARTEMIS**